

e endereçamento, serviço DNS e entidades de registros. Arquitetura cliente-servidor. Servidores de e-mail, servidores Web e servidores proxy. Administração e gerência de redes de computadores. III - Banco de Dados: Características de um SGBD. Modelos relacionais, rede, hierárquico, distribuído e orientado a objetos. Modelagem de bancos de dados. Diagramas de entidades e relacionamentos. Linguagem SQL. Princípios sobre administração de bancos de dados. Conceitos de Data Warehouse, Data Mining, IV - Engenharia e Desenvolvimento de Software. Princípios de engenharia de software. Ciclo de vida de sistemas. Modelos de desenvolvimento de sistemas. Gerência de requisitos. Análise e projeto estruturado de sistemas. Modelagem funcional. Modelagem de dados. Modelagem orientada a objetos. Conceitos sobre orientação a objetos (classes, objetos, hierarquias, etc). Análise e projeto orientados a objetos (UML). Métrica de Análise de Pontos por Função (ISO/IEC 20968). Princípios de linguagens de programação. Estruturas de dados e de controle de fluxo. Funções e procedimentos. Montadores, compiladores, ligadores e interpretadores. Conceitos de linguagens estruturadas. Conceitos de linguagens orientadas a objetos. Aspectos gerais das principais linguagens de programação (C/C++, Java e Delphi). Conceitos sobre desenvolvimento Web, cliente-servidor.

#### SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Gerência de Riscos. Classificação e controle dos ativos de informação. Controles de acesso físico e lógico. Plano de Continuidade de Negócio (plano de contingência, de recuperação de desastres etc). Conceitos de backup e recuperação de dados. Tratamento de incidentes e problemas. Vírus de computador e outros malware (cavalos de tróia, adware, spyware, backdoors, keyloggers, worms, bots, botnets, rootkits). Ataques e proteções relativos a hardware, software, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados, redes, pessoas e ambiente físico. Segurança de Redes. Monitoramento e Auditoria de tráfego de Informação. Interpretação de pacotes. Análise de registro de logs. Detecção e prevenção de ataques (IDS e IPS). Arquiteturas de firewalls. Criptografia. Conceitos básicos de criptografia. Sistemas criptográficos simétricos e de chave pública. Certificação e assinatura digital. Características dos principais protocolos criptográficos. NBR ISO/IEC 17799:2005. Estrutura, objetivos e conceitos gerais.

#### GOVERNANÇA DE TI

Planejamento estratégico de TI - PETI. Alinhamento estratégico entre área de TI e negócios. Políticas e procedimentos. Estrutura organizacional e responsabilidades de TI. Responsabilidade e papéis de TI. Segregação de funções de TI. Controles de segregação de funções. Processos de definição, implantação e gestão de políticas organizacionais. Práticas de gestão de TI. Gestão de pessoal. Métodos de análise de riscos. COBIT. Estrutura, objetivos e conceitos gerais. ITIL. Estrutura, objetivos e conceitos gerais. Gestão de projetos (PMBOK).

#### ASSISTENTE DE CONTROLE EXTERNO NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO

Finanças públicas na Constituição de 1988. Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários. Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/64). Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. Despesa pública: conceito e classificação; princípio da legalidade; técnica de realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento. Lei de Responsabilidade Fiscal: receita e despesa públicas. Controle do déficit público e limitação de empenho e movimentação financeira. Renúncia de receita. Despesas continuadas: conceito, condições, limites e recondução aos limites; despesas obrigatórias e não-obrigatórias; despesa com pessoal e despesa com seguridade social. Operações de crédito: conceito, condições, limites e recondução aos limites. Restos a pagar: conceito, condições. Controle e transparência: controle pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Legislativo; penalidades administrativas e civis. Lei complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### NOÇÕES DE DIREITO MUNICIPAL

O Município brasileiro na organização nacional: conceito; governo; autonomia política, administrativa e financeira; Status constitucional. Organização do Município: A Lei Orgânica. Poder Legislativo Municipal: Estatuto dos Vereadores; Subsídios (fixação e limites); Incompatibilidades; Competências da Câmara Municipal e suas funções; O Processo Legislativo Municipal. Poder Executivo: Elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidades; Atribuições e prerrogativas do Prefeito e Vice-Prefeito. Finanças Municipais: receitas, rendas e preços públicos; Tributos municipais; Partilha de receita tributária; Vinculação de receita e aplicação em saúde e educação (Art.167 da CF). Controle Interno e Externo da Administração; Tribunal de Contas: fiscalização financeira, orçamentária, patrimonial e operacional; Intervenção do Estado no Município.

#### CONTROLE EXTERNO

Controle da Administração Pública: conceito; abrangência. Sistemas de Controle Externo. Controle externo no Brasil. A Constituição e o controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica, competências constitucionais, infraconstitucionais e eficácia das decisões; princípio da simetria concêntrica. Súmula 347 do STF e os Tribunais de Contas. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Controle Interno e os Tribunais de Contas; finalidades e responsabilidades. Controles Externo e Interno na Constituição Federal. Tribunal

de Contas dos Municípios e a Constituição Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os Tribunais de Contas. Sanções aplicáveis pelos Tribunais de Contas. Lei Orgânica do TCM/PA (Lei nº 025/94 e alterações posteriores). Regimento Interno do TCM/PA.

#### CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade: Definição; Função; Objeto; Finalidade e objetivo; Campo de aplicação; Usuários das Informações; Técnicas Contábeis; Princípios e Convenções; Classificação e Evolução Históricas; Relação da Contabilidade com as outras ciências. Patrimônio: Definição e Conceito; Equação Patrimonial, situação líquida; Aspectos: patrimônio como fonte de financiamento e investimento; Disposição gráfica e dinâmica patrimonial. Gestão: Atos e Fatos Administrativos: Período Administrativo e exercício financeiro; Dinâmica de atos e fatos e seus reflexos sobre o patrimônio. Contas: Conceito, elementos, disposição gráfica; Classificação; Função; Funcionamento; Plano de Contas. Escrituração: Conceito e objetivos; Métodos, Sistemas; Partidas Dobradas, fórmulas e elementos; Livros Contábeis e fiscais e suas formalidades; Escrituração do Diário e Razão. Exercício Econômico: Receita e despesas Operacionais; Receita e despesa não operacionais; Depreciação, amortização e exaustão; Previsão para devedores duvidosos; Regime de caixa e de competência. Encerramento: Balancete de verificação; Apuração e distribuição do resultado; Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício.

#### CONTABILIDADE PÚBLICA

Introdução à Contabilidade Pública: Conceito; Divisão; Campo de aplicação. Estrutura dos Órgãos Públicos: Noções gerais; Órgãos Públicos; Unidade Orçamentária; Unidade Administrativa. Orçamento Público: Aspectos Gerais; Conceito; Características; Estimativa de receita e fixação de despesa; Princípios orçamentários; Equilíbrio Orçamentário; Classificação Funcional Programática de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001. Execução Orçamentária: Créditos Orçamentários; Créditos Adicionais; Fonte de recursos para abertura dos créditos adicionais; Receita e despesa pública; Estágios da receita e despesa pública; Empenho; Conceito, importância e tipos; Restos a pagar processados e não processados; Despesa de exercícios anteriores; Dívida flutuante; Dívida fundada; Suprimento de Fundos a Servidores. Escrituração: Plano Contábil; Abertura do exercício; Registro da execução orçamentária e extra-orçamentária do exercício; Encerramento do exercício. Balanços Públicos: Orçamentário; Financeiro e Patrimonial. Demonstração das Variações patrimoniais.

#### RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 30777

ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF-ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	57.079.930	
Pessoal Ativo	47.270.983	
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.808.947	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.336.801	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	55.497	
Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.708.493	
	7.572.811	
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	46.743.129	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IVO)=(III a + III b)	46.743.129	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	7.975.783.000
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,5861
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,6544%	52.193.524
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,6217%	49.585.443
FONTE: SIAFEM/PA	

Nota1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do Inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Nota 2: A despesa apresentada obedece a Resolução TCE nº16.769 de 14/08/2003

ROSA DE FÁTIMA BARGE HAGE

Conselheira Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor Administrativo

IOLANDA DAS GRAÇAS RODRIGUES ALVES

Controle Interno

#### PUBLICAÇÃO DE ATOS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 30791 ACÓRDÃO Nº 17.755, DE 21/10/2008 PROCESSO Nº 200706087-00

Origem: Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA/PMB

Assunto: Contratos Temporários

Interessada: Maria Goreti Gomes - (Presidente em exercício)

Relatora: Conselheira Rosa Hage

Decisão: Negar registro aos Contratos Temporários nºs 40, 135 a 158, 164 a 169, 171 e 172/2007, celebrados pela Fundação Papa João XXIII

- FUNPAPA/PMB, com o Sr. Raimundo Sócrates de Castro Carvalho e Outros, para os cargos que especificam, para atender os

Programas do Governo Federal Bolsa Família - PBF de Atenção Integral à Família - PAIF, por não comprovar o atendimento aos requisitos legais pertinentes à matéria. Unanimidade

#### ACÓRDÃO Nº 17.834, DE 11/11/2008

Processo nº 0140092002-00

Origem: Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém - SEURB

Assunto: Prestação de Contas de 2002.

Responsável: Evandilson Freitas de Andrade

Relatora: Conselheira Rosa Hage

Decisão: Aprovar, com ressalvas, as contas da Secretaria Municipal de Urbanismo de Belém - SEURB, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do Sr. Evandilson Freitas de Andrade, devendo ser expedido em favor do citado ordenador de despesa o competente Alvará de Quitação no valor de R\$ 20.949.675,27 (vinte milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos), condicionado entretanto, ao recolhimento aos cofres públicos do Município, no prazo de 15 (quinze) dias, da quantia de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a título de multa, pela ineficiência do controle interno. Unanimidade

#### ACÓRDÃO Nº 17.847, DE 13/11/2008

Processo nº 200717558-00

Origem: Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL

Assunto: Contrato Temporário

Responsável: Daniele Salim Khayat

Relator: Conselheiro Alcides Alcantara

Decisão: Negar registro ao Contrato Temporário nº 046/2007 - FUMBEL, de 07/11/2007, celebrado pela Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, com Maria José Lopes Bordalo, uma vez que não cumpriu o previsto no Art. 13, da Lei Municipal nº 7.453/89, bem como não comprovou a excepcionalidade exigida pelo Art. 37, IX da Constituição Federal. Unanimidade

#### ACÓRDÃO Nº 17.877, DE 18/11/2008

Processo nº 200716008-00

Origem: Fundação Papa João XXIII - FUNPAPA

Assunto: Contratos

Responsável: Maria Silva da Costa - (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

Decisão: Negar Registro aos Contratos Temporários nº 374, 375 e 376/2007, firmados pela Fundação Papa João XXIII -